



**ESTADO DA PARAÍBA**

**Mensagem nº 054**

**João Pessoa, 09**

**de dezembro de 2025.**

A Sua Excelência o Senhor

**ADRIANO CEZAR GALDINO DE ARAÚJO**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba (ALPB)

João Pessoa – PB

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar à apreciação desta Assembleia Legislativa projeto de lei que altera os artigos 5º e 9º da Lei nº 13.549, de 10 de janeiro de 2025, que estimou a receita e fixou a despesa do Estado para o Exercício financeiro de 2025.

O Projeto de Lei objetiva atender ao acréscimo de despesas com Educação e Saúde e a previsão dos repasses da Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados publicado pela Secretaria de Tesouro Nacional, que impactarão negativamente a previsão das receitas do Estado para o Exercício de 2025.

Em consonância com o disposto no inciso III do art. 170 da Constituição Estadual e em observância à Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, solicito a Vossa Excelência e ilustres Pares desse Poder Legislativo autorização para que o Poder Executivo possa fazer o devido ajuste no percentual dos artigos 5º e



## **ESTADO DA PARAÍBA**

9º da Lei nº 13.549, de 10 de janeiro de 2025, passando de 30% (trinta por cento) para 35% (trinta e cinco por cento) o limite para abertura de créditos suplementares, como forma de compatibilização dos percentuais entre os orçamentos.

Por fim, renovo meus votos de distinta consideração e respeito a Vossa Excelência e aos nobres membros desta Casa Legislativa, na confiança de que a presente solicitação será autorizada com a conversão em lei desta propositura.

Atenciosamente,

**JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO**  
Governador



## ESTADO DA PARAÍBA

PROJETO DE LEI Nº 6038

DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

**Altera os artigos 5º e 9º da Lei nº 13.549, de 10 de janeiro de 2025, que estimou a receita e fixou a despesa do Estado para o Exercício financeiro de 2025.**

**Art. 1º** O artigo 5º da Lei nº 13.549, de 10 janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 5º** Fica autorizada a abertura de créditos suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do total da despesa fixada no artigo 4º desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I – superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II – excesso de arrecadação;
- III – anulação, parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizadas em lei;
- IV - operações de credito autorizadas em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

**Parágrafo único.** Nos termos do § 1º, do art. 107, da Lei nº 3.654, de 10 de fevereiro de 1971, o Governador do Estado, quando se tratar de recursos colocados à disposição do Estado pela União ou outras entidades, nacional ou estrangeira, com destinação específica e que não tenham sido previstos no Orçamento ou o tenham sido de forma insuficiente, fica autorizado a abrir os respectivos créditos suplementares, observando sempre, como limite, os valores efetivamente disponibilizados e a finalidade específica em que devam ser aplicados tais valores.” (NR)



## ESTADO DA PARAÍBA

**Art. 2º** O artigo 9º da Lei nº 13.549, de 10 janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º Fica autorizada a abertura de créditos suplementares até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do total da despesa fixada no artigo 8º desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I – superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – excesso de arrecadação;

III – anulação, parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizadas em lei;

IV - operações de crédito autorizadas em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.”  
(NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

em João Pessoa,  
República.

**PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA,**  
de dezembro de 2025; 137º da Proclamação da

**JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO**  
Governador